TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 45, de 22 de abril de 2020, torna público que realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de mobiliário certificado.

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo n.º 0001876-67.2021.6.05.8000, será regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019, 7.892/2013 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG n° 03/2018 e pelas condições constantes neste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dia: 07.06.2021

Hora: 09h (horário de Brasília/DF)

Pregoeiro: Arthur Ribeiro Rocha

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras. (Comprasnet-SIASG)

Código UASG: 70013

ADJUDICAÇÃO: Por lote.

OBSERVAÇÃO: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro.

NOTA IMPORTANTE. As licitantes deverão prestar especial atenção às disposições constantes da **Seção XVIII**, deste Edital, que tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções às licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.

Despesa e recursos orçamentários

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R$ 2.976.304,00 (dois milhões, novecentos e setenta e seis mil, trezentos e quatro reais), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constantes do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0029 - "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia". Natureza da Despesa: 3.44.90.52.42 - Mobiliários em Geral.

Anexos

I – Termo de Referência

A - Especificações

B - Nota Técnica/Especificação do Mobiliário/Orientações ao Licitante

II - Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação

III– Minuta da Ata de Registro de Preços

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** visando a eventual aquisição de mobiliário certificado, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

1.2. Havendo divergência entre as descrições do CATSER/CATMAT e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio www.gov.br/compras, para acesso ao sistema eletrônico Comprasnet-SIASG.

2.3. O credenciamento da licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**

2.4. Como requisito para participação no pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar, em campo próprio do Sistema, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

2.5. Para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplicam-se a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 8.538/2015.

2.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, em campo próprio do Sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.7. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.8. Não poderão participar desta licitação:

a) empresário e sociedade empresária ou simples suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;

b) empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

c) empresário e sociedade empresária ou simples impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

d) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

e) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

f) quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

f.1) Considera-se "participação indireta" a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de sociedade empresária ou simples em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

g) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

h) empresário e sociedade empresária ou simples cuja inscrição, contrato social ou estatuto indique objeto que não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão;**

i) empresário e sociedade empresária ou simples que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência;

i.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de falências).

j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

k) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição

2.9. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A **licitante** deverá credenciar-se no sistema "Pregão Eletrônico", no sítio www.gov.br/compras (Comprasnet-SIASG), observado o seguinte:

a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;

c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da **licitante**, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1. A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.1.3. A licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar, nesse momento, a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **os valores unitário e total de cada item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no **Anexo I** deste Edital, bem como a marca/modelo do produto.

4.2.1.1. A ausência da indicação de marca/modelo é uma falha sanável, **devendo o Pregoeiro instar a licitante** para que preste tal informação, a qual ficará fazendo parte integrante da sua proposta. Por sua vez, fica expressamente vedado, durante o certame, modificar a marca/modelo do produto, por representar alteração da substância da proposta, podendo apenas haver complementação de eventuais omissões, vinculando-se a licitante à sua declaração.

4.3. A **licitante** declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.5. Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

4.5.1 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.6. As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias,** contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.7. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

4.8. A celebração do contrato após vencido o prazo estabelecido na **condição 4.6** importa em prorrogação da validade da proposta.

4.9. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o **Pregoeiro** abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.gov.br/compras (Comprasnet-SIASG).

5.2. A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. As propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

5.4. A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1. Após a abertura da sessão, o **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante**, importará a desclassificação da proposta.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;

b) a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;

c) lances iguais serão ordenados por ordem cronológica de registro no sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiramente.

7.3. Durante a sessão pública deste pregão, as **licitantes** serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5. Nesta fase, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível. Caso a **licitante** não concorde com a exclusão do lance, poderá encaminhá-lo novamente.

7.6. No caso de desconexão com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às **licitantes** para a recepção dos lances, retornando o **Pregoeiro**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras (Comprasnet-SIASG).

SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO

7.8. Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

7.9. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.10. Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

a) O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

b) Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.11. Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas a e b da condição 7.10**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.12. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos das **alíneas a e b da condição 7.10**, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo. Encerrado o prazo, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.13. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, para as demais licitantes, seguindo o disposto na **condição 7.12**.

SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate para ME/EPPs, previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do direito de preferência estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.2. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, os critérios de desempate serão aplicados nos termos da **condição 8.1**,

8.2.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

SUBSEÇÃO I– DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.3. Quando houver participação nesta licitação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empatada a proposta dessas empresas que for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não

tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

a) classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista na **condição 8.3**;

b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma na **condição 8.3, "a",** para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da **condição 8.3, "b"**, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista conforme o disposto na **condição 11.16**, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da **condição 8.3, "a",** para o exercício do mesmo direito.

8.4. Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista na **condição 8.3 e suas alíneas**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

SEÇÃO IX– DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Finalizada a etapa competitiva, o **Pregoeiro** deverá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, observado, ainda, o valor estimado para a contratação e as disposições constantes das **condições 10.7 a 10.9** deste Edital.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

9.3. **Se necessário**, a licitante terá o prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta e/ou documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada etapa de negociação, o **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).

10.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

10.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

10.7. Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, o **Pregoeiro** negociará com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço. **A presente análise será feita após a fase de lances**.

> **10.7.1.** Observado o valor máximo fixado para o lote, o Pregoeiro deverá verificar, também, os preços unitários dos itens que o integram, recusando as propostas que consignarem valores unitários superiores ao preço máximo estimado para a contratação.
>
> **10.7.2.** Ocorrendo a situação prevista na **condição 10.7.1.** (preço unitário dos itens integrantes do lote maior do que o preço máximo estimado para contratação), o Pregoeiro negociará com a licitante visando a obter preço menor, não sendo permitida a redistribuição da diferença entre os demais itens, ainda que o valor destes seja inferior ao preço da administração.

10.8. Ocorrendo a situação descrita na **condição 10.7** e caso a **licitante** não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

10.9. O preço proposto no lance final, ou aquele obtido por meio de negociação, será fixo e irreajustável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado.

10.10. Havendo aceitação da proposta, o **Pregoeiro** irá avaliar as condições de habilitação da **licitante**.

SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa competitiva, bem como realizada a negociação e a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro passará ao exame dos documentos que constam no sistema, devendo ser atendidas às seguintes exigências de habilitação:

11.1.1. Declaração da **licitante** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99).

11.1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, **para as licitantes que tiverem sua regularidade atestada pelos dados do SICAF.**

OBS. As declarações de que tratam as condições 11.1.1 e 11.1.2 deverão ser apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

11.1.3. Habilitação jurídica:

a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

11.1.4. Regularidade fiscal:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014;

d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente.

11.1.5. Regularidade trabalhista:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.1.6. Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

a.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de falências).

11.1.7. Qualificação técnica:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome do licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de mobiliário compatível com o objeto desta licitação, compreendendo o seguinte quantitativo mínimo por lote:

LOTE 1: 300 mesas de escritório autoportantes e 300 gaveteiros;

LOTE 2: 100 armários;

LOTE 3: 200 cadeiras giratórias de espaldar médio, 200 cadeiras de diálogo e 50 cadeiras sobre longarina;

LOTE 4: 25 cadeiras giratórias de espaldar alto;

b) Os atestados de capacidade técnica devem corresponder a mobiliários certificados por Organismo de Avaliação de Conformidade acreditado pelo INMETRO, quando se tratar da aquisição por este Tribunal de itens para os quais serão exigidos igualmente a certificação.

11.2. As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF** - **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, conforme § 2º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.3. A licitante deve atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF, a fim de que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta eletrônica, a respectiva documentação atualizada.

11.4. Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o n.º do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.5. No caso das alíneas da **condição 11.4**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

11.6. Caso a **licitante** pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 11.5**.

11.7. Para fins de habilitação, o **Pregoeiro** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.8. As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

11.9. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

11.10. O **Pregoeiro** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc;

c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

11.10.1. As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

11.11. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitações de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.12. Serão declaradas inabilitadas as licitantes cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

11.12.1. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, serão encaminhados pela licitante mais bem classificada, exclusivamente via sistema, após o encerramento do envio de lances, observado o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, sob pena de inabilitação.

11.13. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação.

11.14. Ocorrendo a situação prevista na **condição 11.13**, a documentação solicitada deverá ser encaminhada para ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

SUBSEÇÃO I – DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.15. Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XI, deste Edital, **inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, ainda que haja alguma restrição.

11.16. Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.

11.17. O prazo acima indicado terá como termo inicial a data em que for concluída a habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

11.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 11.16**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, XXIII, da Lei n.º 10.520/02, para assinar o contrato, ou, ainda, revogar a licitação.

SEÇÃO XII – DOS RECURSOS

12.1. Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

12.3. Apresentada a intenção de interpor recurso, o Pregoeiro deverá verificar a presença dos requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), sem adentrar, neste momento, no mérito recursal.

12.4. Presentes os requisitos recursais, o Pregoeiro aceitará a intenção do recurso, caso contrário, a rejeitará, motivadamente, em campo próprio do sistema.

12.5. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.6. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do processo (SEI) nº 0001876-67.2021.6.05.8000 franqueada aos interessados.

12.7. O **Pregoeiro** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

12.8. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto do presente Pregão será adjudicado, pelo **Pregoeiro**, à **licitante** vencedora.

13.2. Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá homologar a licitação, determinando a consequente contratação.

13.3. Havendo recurso submetido à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, esta, se decidir por seu improvimento, procederá, de logo, ao ato de adjudicação e à homologação do procedimento, após constatar sua regularidade, observando o disposto na SEÇÃO XIV, deste Edital.

SEÇÃO XIV – DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia acessará o sistema Comprasnet-SIASG para efetuar o comando de homologação do pregão.

14.2. Caso não existam **licitantes** aptas à formação do cadastro de reserva, o sistema Comprasnet-SIASG apresentará mensagem de alerta de não formação de cadastro e de homologação do(s) item(ns).

14.3. Existindo **licitantes** aptas à formação do cadastro de reserva, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia procederá à convocação, informando, via Sistema, data e hora para o exercício desse direito, em prazo nunca inferior a 24 horas.

14.4. A convocação será realizada através do envio automático pelo sistema de e-mail a todas as **licitantes** com propostas não recusadas para que possam aderir ao Cadastro de Reserva pelo preço da primeira colocada.

14.5. A apresentação de novas propostas na forma da **condição 14.4** não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.6. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada na hipótese da licitante melhor classificada não assinar a ata de registro de preços e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto 7.892/2013, conforme procedimento descrito nas **condições 15.20 a 15.21.**

14.7. Homologada a licitação, havendo ou não formação do cadastro, será anexada aos autos a Ata de Formação de Cadastro de Reserva gerada pelo Sistema, cujos dados integrarão o Anexo II da Ata de Registro de Preços respectiva.

SEÇÃO XV – DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços (ARP) dele decorrente.

15.2. Homologado o resultado deste Pregão, a **licitante** vencedora será convocada para assinar a ARP, nos termos da minuta constante do Anexo III, deste Edital, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

15.3. O prazo para que a **licitante** assine a ARP poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE-BA.

15.4. Após a homologação da licitação, será incluído, na respectiva ARP, o registro das licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da **licitante vencedora** na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93, respeitando-se, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes registradas na Ata.

15.5. O registro de que trata a condição anterior, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/2013, bem como, no caso de a **licitante** vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços.

15.6. Publicada na Imprensa Oficial, a ARP implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme disposto no artigo 14 do Decreto n.º 7.892/2013.

15.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

15.8. O prazo de validade improrrogável da ARP é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

15.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

15.10. Durante a vigência da ARP, os preços poderão ser reajustados ou repactuados, após 1 (um) ano da data limite para a apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir. Caberá ainda a revisão dos preços nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 17 do Decreto n.º 7.892/2013. Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a ARP e iniciar outro processo licitatório.

15.11. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

15.12. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

15.13. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

15.14. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

15.15. Não havendo êxito nas negociações previstas na **condição anterior**, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ARP, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15.16. O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) descumprir as condições da ARP;

b) não assinar o contrato ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção que o impeça de licitar e/ou contratar com a Administração.

15.17. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d", da condição anterior, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.18. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ARP, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

15.19. É condição para a celebração da ata de registro de preços a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

15.20. Caso a licitante melhor classificada não assine a ARP no prazo estabelecido neste Edital ou tenha o seu registro cancelado, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/13, sem prejuízo das penalidades cabíveis, será convocada a **licitante** constante do cadastro de reserva, na ordem de classificação do certame, para assinar a ARP.

15.21. Não havendo cadastro de reserva, será facultado à Administração convocar licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a ata de registro de preços, consoante o disposto no art. 4º, inc. XXIII da Lei nº 10.520/2002 e art. 48, §2º, do Decreto 10.024/2019.

15.22. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, não poderão fazer uso da Ata de Registro de Preços, inadmitindo-se adesão.

SEÇÃO XVI – DA NOTA DE EMPENHO

16.1. O termo de contrato será substituído por Nota de Empenho.

16.2. É condição para a retirada da nota de empenho a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação

16.3. A **licitante vencedora** deverá retirar a nota de empenho dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação.

16.4. O prazo para a retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

16.5. Caso a licitante vencedora não retire a Nota de Empenho no prazo estabelecido neste Edital ou não mantenha todas as condições exigidas na habilitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a sessão pública do Pregão será reaberta para que se proceda à habilitação da licitante constante do cadastro de reserva, na ordem de classificação do certame.

16.6. Não havendo cadastro de reserva, será facultado à Administração convocar licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a ata de registro de preços, consoante o disposto no art. 4º, inc. XXIII da Lei nº 10.520/2002 e art. 48, §2º, do Decreto 10.024/2019.

16.7. Se nenhuma licitante baixar seu preço para o preço da primeira colocada, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inc. XXIII da Lei nº 10.520/2002 e art. 48, §2º, do Decreto 10.024/2019.

16.8. A Nota de Empenho poderá ser alterada nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.

SEÇÃO XVII – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

17.1. A entrega e o recebimento do objeto licitado serão efetuados em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

SUBSEÇÃO I – DA GARANTIA DE ADEQUAÇÃO DO PRODUTO

17.2. A Contratada deverá apresentar garantia, na forma e prazos previstos nos itens do **Tópico 6 do Termo de Referência,** Anexo I, deste Edital.

17.3. Os bens ofertados devem possuir assistência técnica na Região Metropolitana de Salvador.

SEÇÃO XVIII – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:

a) não mantiver a proposta, injustificadamente;

b) comportar-se de modo inidôneo;

c) fizer declaração falsa;

d) cometer fraude fiscal;

e) não encaminhar a documentação exigida no certame ou encaminhar documentação falsa;

f) falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) não apresentar situação regular no ato de assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do recebimento da nota de empenho;

h) recusar-se injustificadamente a assinar a ata de registro de preços, o contrato ou a receber ou retirar a nota de empenho;

i) não fornecer o objeto licitado;

j) retardar a entrega do objeto licitado;

k) fornecer material que não atenda à especificação exigida no edital.

18.2. Para os fins da **alínea "b",** reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

18.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

18.4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 305/2019, da Presidência do TRE-BA.

18.5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

18.6. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, § 1º, da Portaria nº 305/2019, da Presidência do TRE/BA.

18.7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

18.8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 18.6 e 18.7**, será a Licitante ou Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.

18.9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

18.10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

18.11. As sanções previstas na **condição 18.1** deste Edital também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido, sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração.

SEÇÃO XIX – DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

19.2. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

19.3. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

19.4. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Estadual/Distrital (Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais ou Certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente).

19.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

19.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

SEÇÃO XX – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, a licitante poderá formular consultas via e-mail **arrocha@tre-ba.jus.br**, informando o número deste Pregão.

20.2. Quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários poderão ser obtidos por intermédio dos telefones (71) 3373-7081 e (71) 99934-5269, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 19h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

20.3. Até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

20.4. A impugnação poderá ser enviada diretamente para o e-mail do Pregoeiro ou protocolada neste Tribunal**,** de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 18h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

20.5. Caberá ao Pregoeiro manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão.

SEÇÃO XXI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade no procedimento, ou revogada por motivos de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada.

21.2. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, localizada no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, nos dias úteis, das 13h às 19h, de segunda a quinta, e das 8h às 13h, às sextas-feiras (HORA LOCAL), assim como na internet para download, nos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.tre-ba.jus.br.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente, salvo disposição em contrário, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

21.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

21.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

21.6. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, para apresentação de nova proposta ou nova documentação, escoimada das causas da desclassificação ou inabilitação.

21.7. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

21.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

21.8. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

21.9. Salvo disposição em contrário, constante do Termo de Referência ou do contrato, são vedadas à licitante vencedora a subcontratação total ou parcial do objeto licitado e a cessão ou transferência total ou parcial do contrato.

21.10. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

21.11. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

21.12. Os ajustes celebrados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (contratos, atas de registro de preços, convênios etc.) poderão ser assinados digitalmente, preferencialmente, por meio de certificado digital, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura, consoante prescreve o art. 1º da Portaria nº 475/2017 da presidência do TRE-BA.

21.12.1. Cabe às partes contratantes arcar com eventuais custos de aquisição de certificações e equipamentos porventura necessários à formalização do ajuste por meio eletrônico ou digital

Salvador, 13 de maio de 2021

Arthur Ribeiro Rocha
Pregoeiro

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2021

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de mobiliário certificado, conforme especificações constantes nos Anexos A e B deste termo.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Com vistas a dar continuidade ao projeto de modernização do mobiliário do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, este procedimento objetiva a aquisição de mobiliário dotado de certificado de conformidade às normas técnicas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Foro Nacional de Normalização (Resolução Conmetro n.º 7, de 24.08.1992), emitido por Organismo de Avaliação de Conformidade acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, destinado à sede e ao novo Anexo do Tribunal, sediados em Salvador – BA, aos fóruns e cartórios eleitorais sediados em municípios do interior do Estado.

A adoção do Sistema de Registro de Preços para esta contratação justifica-se em face da impossibilidade em se estabelecer de forma exata o quantitativo de mobiliário a ser utilizado na sede deste Tribunal, no novo Anexo, nos fóruns e nos cartórios eleitorais do interior do Estado, e o destinado ao atendimento de novas demandas, a exemplo de substituição de bens que vierem a apresentar defeito ou quebra, ou se tornarem inservíveis.

Em busca da melhor adequação técnica, intercambialidade, modularidade e harmonia estética dos bens a serem adquiridos, dispuseram-se os itens em lotes distintos, consoante a natureza funcional dos materiais, definindo-se os seguintes agrupamentos, tendo-se por critério de julgamento das propostas o menor preço por lote:

- Lote 1: mesas autoportantes e gaveteiros;
- Lote 2: armários;
- Lote 3: cadeira giratória de espaldar médio, cadeiras de diálogo e cadeiras sobrelongarina;
- Lote 4: cadeiras giratórias de espaldar alto.

Para os principais itens de cada lote exige-se a apresentação de certificado. Dispensa-se a certificação para os itens secundários associados, no mesmo lote, a itens certificados. Essa medida tem por fim a atenuação de restrições à competitividade, haja vista que a certificação pressupõe características físicas

precisas, o que inviabilizaria a adequação, pelos fabricantes, às dimensões específicas determinadas neste Termo de Referência.

Apresentam-se, para cada um dos itens, descrição textual e gráfica, de modo a facilitar a compreensão das características exigidas.

2.1.1. A compra destes bens visa o atendimento das demandas já registradas, bem como aquelas que podem surgir durante a vigência da Ata a ser celebrada, inclusive a substituição de mobiliários que não estejam em boas condições de uso. Os quantitativos por item estão descritos no Anexo A.

3. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1. A contratada deverá entregar o material na Seção de Gestão de Patrimônio, localizada no Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), sito na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, Salvador – Bahia, ou, ainda, no Centro de Apoio Técnico – CAT, localizado no Loteamento Porto Seco Pirajá, Quadra A, Lote 16/17, Rua A, Via Marginal da BR 324, Salvador -Ba, conforme opção da Administração a ser informada quando do agendamento da entrega.

3.2. Horários de entrega: 13h às 18h, de segunda à quinta-feira, e 08h às 12h, às sextas-feiras.

3.3. A contratada deverá, obrigatoriamente, consultar a SEGEP, através dos telefones (71 - 3373- 7077 ou 71 - 3373-7357), ou através do e-mail **segep@tre-ba.jus.br**, para fazer o agendamento da entrega.

3.4. O prazo para a entrega do material será de 50 (cinquenta) dias contados do recebimento, pela Contratada, do "Pedido de Fornecimento" que será emitido pela Fiscalização do Contrato no prazo máximo 10 (dez) dias contados da data do recebimento da nota de empenho pela Contratada

3.4.1. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos bens durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela fiscalização do ajuste.

3.4.2 Quando for necessária, a montagem dos bens deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da sua entrega, devendo ser previamente agendada.

3.5. Correrão por conta da contratada quaisquer providências relativas à descarga do material, incluindo-se aí a necessária mão de obra.

4. RECEBIMENTO

4.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) **Recebimento provisório**: o material será recebido provisoriamente no momento da entrega, paraefeito

de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado.

b) **Recebimento definitivo**:

b.1) para os bens entregues já montados: no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório a Fiscalização do Contrato avaliará as características do material que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente;

b.2) para os bens que forem montados após a entrega, nas instalações no Tribunal: no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a conclusão da montagem, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do material que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

4.2 A Contratada garantirá a qualidade do material fornecido, obrigando-se a substituir, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil seguinte ao do recebimento, pela Contratada, da comunicação da inconformidade, aquele que no prazo de validade apresentar vícios ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

4.3 Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

4.4 Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi efetuado em desacordo com o pactuado ou foi entregue quantitativo inferior ao solicitado, a fiscalização do contrato notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante, no prazo que lhe restar daquele indicado para entrega.

4.5 Se a contratada não substituir ou complementar o material entregue em desconformidade com as condições exigidas no edital, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do material não entregue ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventualaplicação de multa.

4.6 Caso a Contratada não retire, no prazo de 90 dias, a contar do recebimento da notificação, o material recusado, ficará caracterizado o seu abandono, nos termos do disposto no artigo 1.275, Inciso III, do Código Civil, podendo a Contratante incorporá-lo ao seu patrimônio, encaminhá-lo a outros órgãos da Administração Pública ou, ainda, doá-lo nos termos do disposto no Decreto nº 9.373/2018

4.7 A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho/contrato, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

4.8 Consoante o disposto no artigo 32 da Lei n° 12.305/2010, as embalagens dos materiais devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam

restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto, projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

5 QUALIFICACÃO TÉCNICA

5.1 Sob pena de inabilitação, o licitante vencedor deve apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome do licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de mobiliário compatível com o objeto desta licitação, compreendendo o seguinte quantitativo mínimo por lote:

Lote 1: 300 mesas de escritório autoportantes e 300 gaveteiros;

Lote 2: 100 armários;

Lote 3: 200 cadeiras giratórias de espaldar médio, 200 cadeiras de diálogo e 50 cadeiras sobre longarina;

Lote 4: 25 cadeiras giratórias de espaldar alto;

5.2 Os atestados de capacidade técnica devem corresponder a mobiliários certificados por Organismo de Avaliação de Conformidade acreditado pelo INMETRO.

6. GARANTIA DE ADEQUACÃO DO PRODUTO

6.1. A Contratada, no ato de entrega dos bens, deverá apresentar o Termo de Garantia de Fábrica.

6.2. O material fornecido deverá ter garantia de fábrica, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, ou o que consta na especificação do bem, contados a partir do recebimento definitivo.

6.3. Na vigência da garantia legal, a Contratada obrigar-se-á a reparar, sem ônus para a Contratante,o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Contratada, da comunicação de inconformidade.

6.4. O término do atendimento ocorrerá no dia de conclusão do reparo e da disponibilidade do objeto em perfeito estado de uso nas dependências do Contratante.

6.5. O pedido de substituição ou de reparo do objeto contratado, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por e-mail, fax ou outro meio hábil de comunicação.

6.6. Não sendo o vício sanado no prazo do subitem 6.3, a Contratada será notificada para que substitua o produto por outro novo da mesma espécie, marca e modelo, em perfeitas condições de uso, em no

máximo 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da notificação, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções previstas no edital e no contrato.

6.7. A garantia, em todos os casos, engloba a proteção contra vícios, defeitos ou incorreções advindos da fabricação, montagem e desgaste excessivo.

6.8. Os bens ofertados devem possuir assistência técnica na Região Metropolitana de Salvador

7. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

a) entregar os bens no prazo, nas especificações e na quantidade constantes neste termo de referência, assim como com as características descritas na proposta;

b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;

c) não fornecer quantidade ou modelo diversos do solicitado;

d) substituir os produtos danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;

e) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

f) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;

g) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

h) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

i) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se autorizado neste termo de referência;

j) prestar garantia de adequação dos produtos (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste termo de referência.

8. OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências a caso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes neste termo de referência e no edital;

d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

e) determinar a reparação, a correção, a remoção ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

9. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES

9.1 A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

a) atrasar injustificadamente a entrega do objeto contratado – **0,5 % (zero virgula cinco por cento), sobre o valor do material entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;**

b) inexecução parcial - **10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue;**

c) inexecução total **10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;**

d) atrasar, até no máximo 10 (dez) dias, o atendimento para a reparação do vício ou incorreções ou a substituição do produto que apresentou, dentro do prazo de garantia legal, vícios ou incorreções decorrentes da fabricação ou do seu uso correto que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor **– 0,5 % (zero virgula cinco por cento) % do valor de aquisição dobem, por dia de atraso;**

e) não realizar a reparação do vício ou incorreções ou a substituição do produto que apresentou, dentro do prazo de garantia legal, vícios ou incorreções decorrentes da fabricação ou do seu uso correto que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor – **10% (dez por cento) do valor de aquisição do material não substituído ou reparado.**

f) atrasar injustificadamente a montagem do objeto contratado – **0,5 % (zero virgula cinco por cento), sobre o valor do material não montado, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;**

9.2. Ultrapassado o prazo estabelecido no **subitem 8.1, alínea "a",** a Administração poderá não receber os itens pendentes de entrega.

9.3. A aplicação da penalidade estabelecida no subitem 9.1, alínea "e", não afasta a obrigação da devolução do valor pago pela aquisição do bem.

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e art. 26, §1º da Portaria nº 305/2019, do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

10.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

11. PAGAMENTO

11.1. Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:

11.1.1. Para valor igual ou inferior a R$ 17.600,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal;

11.1.2. Para valor superior a R$ 17.600,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota

fiscal.

11.2. Condiciona-se o pagamento a:

I – Apresentação da nota fiscal discriminativa da execução do objeto contratado;

II – Declaração da fiscalização do contrato de que o fornecimento se deu conforme pactuado.

11.3. A Contratada indicará na nota fiscal o nome do Banco e os números da agência e da conta-corrente para efetivação do pagamento.

11.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos.

12. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

12.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

12.1.1. Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

12.1.2. A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ANEXO A

A.1. ESPECIFICAÇÕES

LOTE 1			
MESAS AUTOPORTANTES E GAVETEIROS			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CÓDIGO SIASG**	**QUANTIDADE MÁXIMA**
1	Mesa de escritório com tampo em formato “L”	BR150942	**100**
2	Mesa de escritório com tampo em formato “L”	BR150942	**100**
3	Mesa de escritório com tampo em formato “L”	BR150942	**100**
4	Mesa de escritório com tampo em formato Rectangular	BR150942	**200**
5	Mesa de escritório com tampo em formato Rectangular	BR150942	**50**
6	Mesa de escritório com tampo em formato Peninsular	BR150942	**25**
7	Mesa de escritório com tampo em formato Peninsular	BR150942	**25**
8	Mesa de reunião com tampo em formato circular	BR150942	**30**
9	Mesa de reunião com tampo em formato elíptico	BR150942	**20**
10	Mesa de reunião com tampo em formato elíptico	BR150942	**10**
11	Gaveteiro volante	BR0390519	**400**
12	Gaveteiro mesa	BR0390518	**200**

LOTE 2			
ARMÁRIOS			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CÓDIGO SIASG**	**QUANTIDADE MÁXIMA**
13	Armário médio	BR0 20591	**80**
14	Armário médio	BR0020591	**80**
15	Armário alto	BR0 20591	**100**

LOTE 3			
CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL COM ESPLADAR MÉDIO, CADEIRA DE DIÁLOGO E CADEIRAS SOBRE LONGARINA.			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CÓDIGO SIASG**	**QUANTIDADE MÁXIMA**
16	Cadeira giratória operacional com espaldar Médio	BR 151069	**400**
17	Cadeira de diálogo – com braços	BR 151069	**200**
18	Cadeira de diálogo – sem braços	BR 151069	**200**
19	Cadeiras sobre longarina – 2 lugares	BR 151069	**50**
20	Cadeiras sobre longarina – 3 lugares	BR 151069	**50**

LOTE 4			
CADEIRAS GIRATÓRIAS OPERACIONAIS COM ESPALDAR ALTO E CADEIRA DE DIÁLOGO			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CÓDIGO SIASG**	**QUANTIDADE MÁXIMA**
21	Cadeira giratória operacional com espaldar Alto	BR 151069	**50**
22	Cadeira giratória operacional com espaldar alto e apoio de cabeça	BR 151069	**20**

A.1.1 - Adotaram-se para as especificações técnicas as nomenclaturas e aspectos físicos e dimensionais definidos pela ABNT, especialmente os constantes das seguintes normas:

- NBR 13961:2010 Móveis para escritório – Armários;
- NBR 13962: 2018 Móveis para escritório – Cadeiras – Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 13966:2008 Móveis para escritório – Mesas – Classificação e características físicas e dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;

A.1.2 - Os parâmetros técnicos descritos nas preditas normas como requisitos essenciais para a aprovação em ensaios e obtenção de certificado de marca de conformidade integram as presentes especificações.

A.1.3 - Para melhor coerência estética e funcional, modularidade e intercambialidade entre os componentes, e maior facilidade de conservação e reposição de peças, todos os itens dentro de cada lote devem corresponder ao mesmo fabricante e marca.

A.1.4 - Quanto às formas ilustradas nas descrições de cada um dos itens contidas no Anexo B, pode haver variações decorrentes do estilo adotado por cada fabricante, salvo se expressamente indicados aspectos dimensionais específicos, caso em que a observância é de caráter obrigatório.

A.1.5 - As especificações detalhadas dos lotes e itens seguintes constam do anexo B "Nota Técnica – Especificação do Mobiliário".

Lote 1: mesas autoportantes e gaveteiros;

Lote 2: Armários

Lote 3: cadeira giratória operacional de espaldar médio, cadeira de diálogo e cadeira sobre longarina;

Lote 4: cadeiras giratórias de espaldar alto.

ANEXO B

NOTA TÉCNICA

ESPECIFICAÇÃO DO MOBILIÁRIO

ORIENTAÇÕES AO LICITANTE

Quanto aos desenhos ilustrados nesta Nota Técnica, pode haver variações decorrentes do estilo adotado por cada fabricante, salvo se expressamente descritos os aspectos de design e/ou dimensionais na especificação do item, caso em que a observância é de caráter obrigatório.

Os itens dos lotes 1, 2, 3 e 4 devem corresponder, dentro de cada lote, ao mesmo fabricante e marca, e, quando indicado em sua descrição (observação), mesma linha ou linha superior.

Agruparam-se os itens em 4 (quatro) lotes distintos:

LOTE	**ITENS**
1	Mesas autoportantes e gaveteiros
2	Armários
3	Cadeiras giratórias de espaldar médio, cadeiras de diálogo e cadeiras sobre longarina
4	Cadeiras giratórias de espaldar alto

Para os seguintes itens exige-se certificado de marca de conformidade:

LOTE	**ITENS**	**CERTIFICAÇÃO**
1	1, 2, 3	OBRIGATÓRIA
2	13, 14 e 15	OBRIGATÓRIA
3	16, 17 e 18	OBRIGATÓRIA
4	21 e 22	OBRIGATÓRIA

A seguir, apresentam-se as descrições técnicas de cada um dos itens, em ordem crescente, conforme a sequência estabelecida no Anexo A - "Especificações", do Termo de Referência, e, ao final, relação geral dos itens e certificações exigidas.

ITEM 1

Mesa de escritório com tampo em formato "L"

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13966/2008 ou mais atualizada.

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 1600 mm x 1600 mm;
- Profundidade do tampo: 600 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

TAMPO

- Tampo único com espessura mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor argila;
- Bordas retas em termoplástico, na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;
- Painel frontal com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor cinza.

ESTRUTURA

- Estruturas laterais metálicas, com calha vertical metálica para passagem de fiação e tampa com saque frontal, pintadas em epóxi-pó por processo eletrostático;
- Tratamento anti-corrosivo à base de fosfato de zinco.
- Todos os componentes metálicos aparentes em cor cinza;
- Sapatas reguladoras de nível em *nylon* ou polímero resistente.

SUPORTES

- Saída de cabeamento da parte inferior para a superior com tampa removível, produzida com divisores que permitam a individualização dos circuitos;
- Calha horizontal para cabeamento sob o tampo.

LEGENDA

H (distância vertical do piso à face superior do tampo): 735 ± 5 mm;
L1 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1600 mm;
L2 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1600 mm;

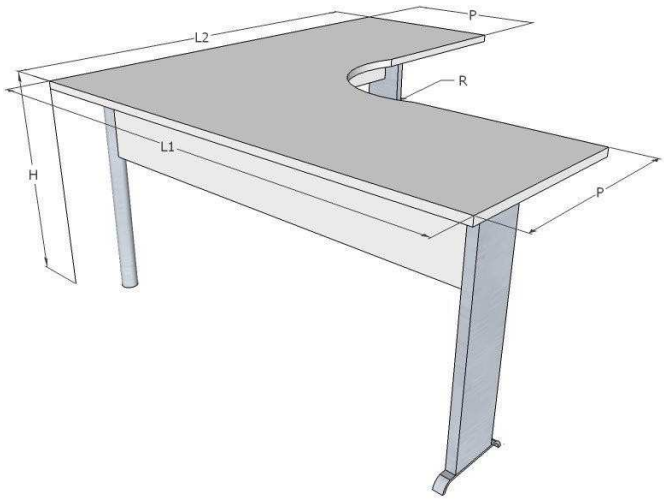
P (distância horizontal entre as bordas frontal e posterior da mesa): 600 mm;
R (raio de convergência no segmento de acomodação do usuário);

Borda frontal: borda mais próxima do usuário;
Borda posterior: borda oposta à do usuário.

Observações:

As arestas nomeadas pelas letras L1, L2 e P devem ser totalmente retilíneas.

O segmento de acomodação do usuário, na extremidade frontal do tampo, deve ser curvilíneo, conforme o desenho.



ITEM 2

Mesa de escritório com tampo em formato "L"

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13966/2008 ou mais atualizada.

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 1600 mm x 1400 mm;
- Profundidade do tampo: 600 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

TAMPO

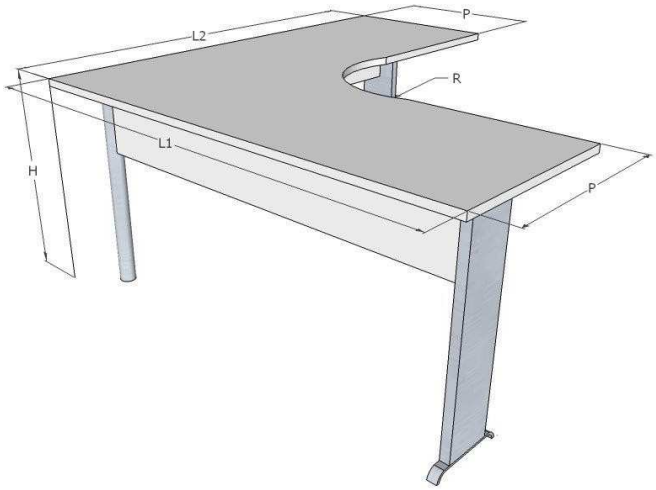
- Tampo único com espessura mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor argila;
- Bordas retas em termoplástico, na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;
- Painel frontal com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor cinza.

ESTRUTURA

- Estruturas laterais metálicas, com calha vertical metálica para passagem de fiação e tampa com saque frontal, pintadas em epóxi-pó por processo eletrostático;
- Tratamento anti-corrosivo à base de fosfato de zinco.
- Todos os componentes metálicos aparentes em cor cinza;
- Sapatas reguladoras de nível em *nylon* ou polímero resistente.

SUPORTES

- Saída de cabeamento da parte inferior para a superior com tampa removível, produzida com divisores que permitam a individualização dos circuitos;
- Calha horizontal para cabeamento sob o tampo.



LEGENDA

H (distância vertical do piso à face superior do tampo): 735 ± 5 mm;
L1 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1600 mm;
L2 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1400 mm;

P (distância horizontal entre as bordas frontal e posterior da mesa): 600 mm;
R (raio de convergência no segmento de acomodação do usuário);

Borda frontal: borda mais próxima do usuário;
Borda posterior: borda oposta à do usuário.

Observações:

As arestas nomeadas pelas letras L1, L2 e P devem ser totalmente retilíneas. O segmento de acomodação do usuário, na extremidade frontal do tampo, deve ser curvilíneo, conforme o desenho.

ITEM 3

Mesa de escritório com tampo em formato "L"

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13966/2008 ou mais atualizada.

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 1400 mm x 1600 mm;
- Profundidade do tampo: 600 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

TAMPO

- Tampo único com espessura mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor argila;
- Bordas retas em termoplástico, na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;
- Painel frontal com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor cinza.

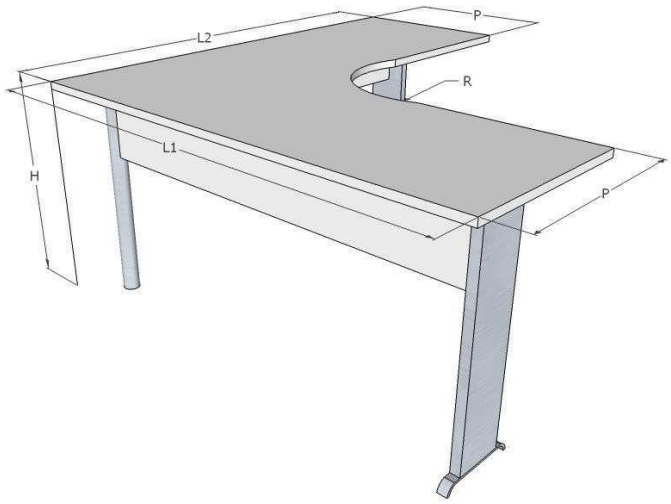
ESTRUTURA

- Estruturas laterais metálicas, com calha vertical metálica para passagem de fiação e tampa com saque frontal, pintadas em epóxi-pó por processo eletrostático;
- Tratamento anti-corrosivo à base de fosfato de zinco.
- Todos os componentes metálicos aparentes em cor cinza;
- Sapatas reguladoras de nível em *nylon* ou polímero resistente.

SUPORTES

- Saída de cabeamento da parte inferior para a superior com tampa removível, produzida com divisores que permitam a individualização dos circuitos;

- Calha horizontal para cabeamento sob o tampo.



LEGENDA

H (distância vertical do piso à face superior do tampo): 735 ± 5 mm;
L1 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1400 mm;
L2 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1600 mm;

P (distância horizontal entre as bordas frontal e posterior da mesa): 600 mm;
R (raio de convergência no segmento de acomodação do usuário);

Borda frontal: borda mais próxima do usuário;
Borda posterior: borda oposta à do usuário.

Observações:

As arestas nomeadas pelas letras L1, L2 e P devem ser totalmente retilíneas.

O segmento de acomodação do usuário, na extremidade frontal do tampo, deve ser curvilíneo, conforme o desenho.

.

ITEM 4

Mesa de escritório com tampo em formato retangular

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 1200 mm;
- Profundidade do tampo: 600 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

TAMPO

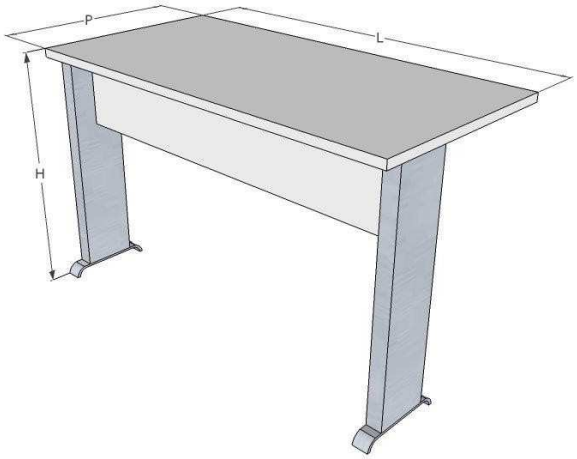
- Tampo único com espessura mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico, em cor argila;
- Bordas retas em termoplástico, na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;
- Painel frontal com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor cinza.

ESTRUTURA

- Estruturas laterais metálicas, com calha vertical metálica para passagem de fiação e tampa com saque frontal, pintadas em epóxi-pó por processo eletrostático;
- Tratamento anti-corrosivo à base de fosfato de zinco.
- Todos os componentes metálicos aparentes em cor cinza;
- Sapatas reguladoras de nível em *nylon* ou polímero resistente.

SUPORTES

- Saída de cabeamento da parte inferior para a superior com tampa removível, produzida com divisores que permitam a individualização dos circuitos;
- Calha horizontal para cabeamento sob o tampo.



LEGENDA

H (distância vertical do piso à face superior do tampo): 735 ± 5 mm;L (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1200 mm;

P (distância horizontal entre as bordas frontal e posterior da mesa): 600 mm;
Borda frontal: borda mais próxima do usuário;

Borda posterior: borda oposta à do usuário.

ITEM 5

Mesa de escritório com tampo em formato retangular

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 1000 mm;
- Profundidade do tampo: 600 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

TAMPO

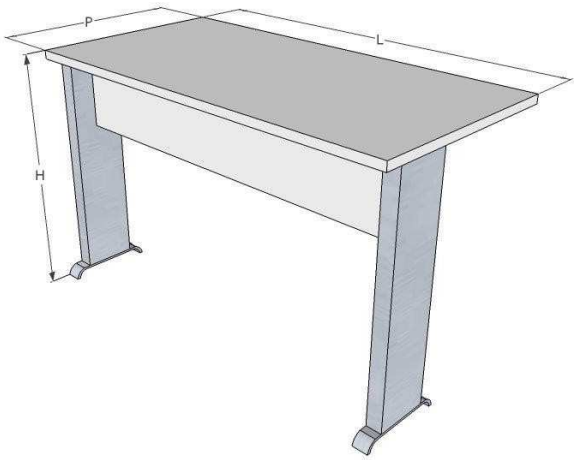
- Tampo único com espessura mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico, em cor argila;
- Bordas retas em termoplástico, na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;
- Painel frontal com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor cinza.

ESTRUTURA

- Estruturas laterais metálicas, com calha vertical metálica para passagem de fiação e tampa com saque frontal, pintadas em epóxi-pó por processo eletrostático;
- Tratamento anti-corrosivo à base de fosfato de zinco.
- Todos os componentes metálicos aparentes em cor cinza;
- Sapatas reguladoras de nível em *nylon* ou polímero resistente.

SUPORTES

- Saída de cabeamento da parte inferior para a superior com tampa removível, produzida com divisores que permitam a individualização dos circuitos;
- Calha horizontal para cabeamento sob o tampo.



LEGENDA

H (distância vertical do piso à face superior do tampo): 735 ± 5 mm;L (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1000 mm;

P (distância horizontal entre as bordas frontal e posterior da mesa): 600 mm;
Borda frontal: borda mais próxima do usuário;

Borda posterior: borda oposta à do usuário.

ITEM 6

Mesa de escritório com tampo em formato peninsular

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 1800 mm x 1600 mm;
- Profundidade do tampo: 600 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

TAMPO

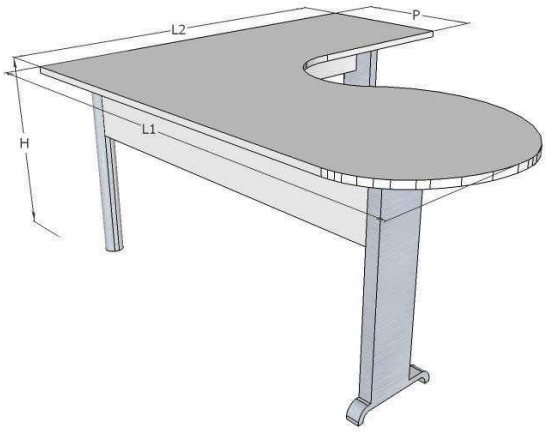
- Tampo único com espessura mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor argila;
- Lado de maior Largura com extremidade em formato peninsular;
- Bordas retas em termoplástico, na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;
- Painel frontal com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor cinza.

ESTRUTURA

- Estruturas laterais metálicas, com calha vertical metálica para passagem de fiação e tampa com saque frontal, pintadas em epóxi-pó por processo eletrostático;
- Tratamento anti-corrosivo à base de fosfato de zinco.
- Todos os componentes metálicos aparentes em cor cinza;
- Sapatas reguladoras de nível em *nylon* ou polímero resistente.

SUPORTES

- Saída de cabeamento da parte inferior para a superior com tampa removível, produzida com divisores que permitam a individualização dos circuitos;
- Calha horizontal para cabeamento sob o tampo.



LEGENDA

H (distância vertical do piso à face superior do tampo): 735 ± 5 mm;
L1 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1800 mm;
L2 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1600 mm;

P (distância horizontal entre as bordas frontal e posterior da mesa): 600 mm;
R (raio de convergência no segmento de acomodação do usuário);

Borda frontal: borda mais próxima do usuário;
Borda posterior: borda oposta à do usuário.

Observações:

A aresta nomeada pela letra P deve ser totalmente retilínea.

O segmento de acomodação do usuário, na extremidade frontal do tampo, deve ser curvilíneo, conforme o desenho.

ITEM 7

Mesa de escritório com tampo em formato peninsular

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 1600 mm x 1800 mm;
- Profundidade do tampo: 600 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

TAMPO

- Tampo único com espessura mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor argila;
- Lado de maior Largura com extremidade em formato peninsular;
- Bordas retas em termoplástico, na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;
- Painel frontal com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor cinza.

ESTRUTURA

- Estruturas laterais metálicas, com calha vertical metálica para passagem de fiação e tampa com saque frontal, pintadas em epóxi-pó por processo eletrostático;
- Tratamento anti-corrosivo à base de fosfato de zinco.
- Todos os componentes metálicos aparentes em cor cinza;
- Sapatas reguladoras de nível em *nylon* ou polímero resistente.

SUPORTES

- Saída de cabeamento da parte inferior para a superior com tampa removível, produzida com divisores que permitam a individualização dos circuitos;
- Calha horizontal para cabeamento sob o tampo.

LEGENDA

H (distância vertical do piso à face superior do tampo): 735 ± 5 mm;
L1 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1600 mm;
L2 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1800 mm;

P (distância horizontal entre as bordas frontal e posterior da mesa): 600 mm;
R (raio de convergência no segmento de acomodação do usuário);

Borda frontal: borda mais próxima do usuário;

Borda posterior: borda oposta à do usuário.

Observações:

A aresta nomeada pela letra P deve ser totalmente retilínea.

O segmento de acomodação do usuário, na extremidade frontal do tampo, deve ser curvilíneo, conforme o desenho.

ITEM 08

Mesa de reunião com tampo em formato circular

DIMENSÕES

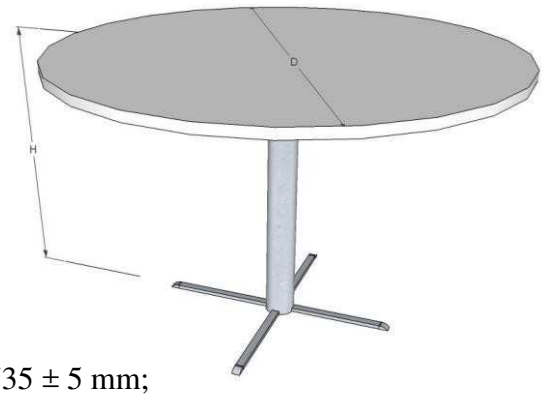
- Diâmetro do tampo: 1200 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;

TAMPO

- Tampo único com espessura mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor argila;
- Bordas retas em termoplástico, na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;

ESTRUTURA

- Estrutura de coluna central com no mínimo 4 patas ou colunas unidas por travessas;
- Todos os componentes metálicos aparentes em cor cinza, pintados em epóxi-pó por processo eletrostático;
- Tratamento anti-corrosivo à base de fosfato de zinco.
- Sapatas reguladoras de nível em *nylon* ou polímero resistente.



LEGENDA

H (distância vertical do piso à face superior do tampo): 735 ± 5 mm;
D (diâmetro do tampo): 1200 mm.

ITEM 09

Mesa de reunião com tampo em formato elíptico

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 1600 mm x 1200 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

TAMPO

- Tampo com espessura mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor argila;
- Bordas retas em termoplástico, na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;
- Painel frontal com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor cinza.

ESTRUTURA

- Estruturas laterais metálicas com calha vertical metálica para passagem de fiação e tampa com saque frontal;
- Todos os componentes metálicos aparentes em cor cinza, pintados em epóxi-pó por processo eletrostático;
- Tratamento anti-corrosivo à base de fosfato de zinco.
- Sapatas reguladoras de nível em *nylon* ou polímero resistente.

SUPORTES

- Tampa basculante metálica, no centro do tampo, equipada internamente com no mínimo 3 tomadas de energia e 3 de lógica/telefonia.

LEGENDA

H (distância vertical do piso à face superior do tampo): 735 ± 5 mm;
L1 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1600 mm;
L2 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1200 mm.

ITEM 10

Mesa de reunião com tampo em formato elíptico

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 2400 mm x 1200 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

TAMPO

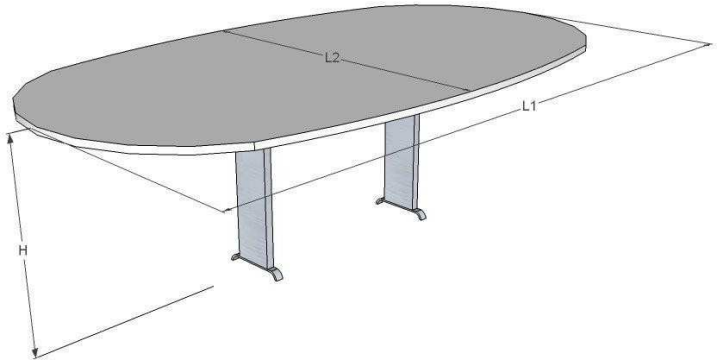
- Tampo com espessura mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor argila;
- Bordas retas em termoplástico, na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;
- Painel frontal com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico em cor cinza.

ESTRUTURA

- Estruturas laterais metálicas com calha vertical metálica para passagem de fiação e tampa com saque frontal;
- Todos os componentes metálicos aparentes em cor cinza, pintados em epóxi-pó por processo eletrostático;
- Tratamento anti-corrosivo à base de fosfato de zinco;
- Sapatas reguladoras de nível em *nylon* ou polímero resistente.

SUPORTES

- Tampa basculante metálica, no centro do tampo, equipada internamente com no mínimo 3 tomadas de energia e 3 de lógica/telefonia.



LEGENDA

H (distância vertical do piso à face superior do tampo): 735 ± 5 mm;
L1 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 2400 mm;
L2 (distância horizontal entre as bordas laterais da mesa): 1200 mm.

ITEM 11

Gaveteiro volante

DIMENSÕES

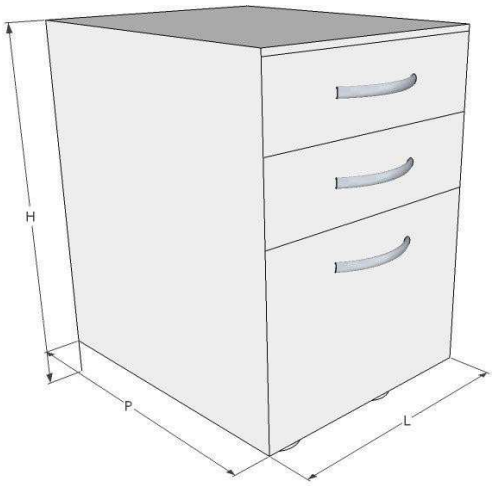
- Largura do gaveteiro: 390 mm, variação de ± 30 mm;
- Profundidade do gaveteiro: 520 mm, variação de ± 30 mm;
- Altura do gaveteiro: 600 mm, variação de ± 10 mm.

GAVETEIRO

- Corpo confeccionado em MDP revestido em laminado melamínico em ambas as faces, com espessura mínima de 18 mm, tampo em cor argila e laterais em cor cinza;
- Bordas protegidas por perfil termoplástico na mesma cor;
- Rodízios de duplo giro injetados em *nylon*.

GAVETAS

- 2 (duas) gavetas simples e 1 (uma) gaveta para pastas suspensas, confeccionadas em MDP revestidas em laminado melamínico em ambas as faces, tampo frontal com espessura mínima de 15 mm, tampos em cor argila e laterais em cor cinza;
- Abertura por meio de trilhos com corrediças de aço, com roldanas de nylon de alta resistência e baixo ruído;
- Sistema de travamento de fim de curso;
- Com puxadores metálicos, com acabamento em cor cinza, ou abertura por calha lateral;
- Fechadura de comando único, com trava simultânea de todas as gavetas;
- Chave escamoteável com cópia.



LEGENDA

H (distância vertical entre as superfícies externas da base e do tampo do gaveteiro): 600 ± 10 mm;
L (distância horizontal entre superfícies externas das laterais do gaveteiro): 390 ± 30 mm;

P (distância horizontal entre as superfícies externas do fundo e da frente do gaveteiro): 520 ± 30 mm.

ITEM 12

Gaveteiro mesa

DIMENSÕES

- Largura do gaveteiro: 390 mm, variação de ± 30 mm;
- Profundidade do gaveteiro: 600 mm;
- Altura do gaveteiro: 735 mm, variação de ± 5 mm.

GAVETEIRO

- Corpo confeccionado em MDP revestido em laminado melamínico em ambas as faces, com espessura mínima de 18 mm, tampo em cor argila e laterais em cor cinza;
- Rodapé em aço, com quatro sapatas niveladoras em *nylon*;
- Bordas protegidas por perfil termoplástico na mesma cor.

GAVETAS

- 3 (três) gavetas simples e 1(uma) gaveta para pastas suspensas, confeccionadas em MDP revestidas em laminado melamínico em ambas as faces, tampos e laterais com espessura mínima de 15 mm, tampos em cor argila e laterais em cor cinza;
- Abertura por meio de trilhos com corrediças de aço, com roldanas de nylon de alta resistência e baixo ruído;
- Sistema de travamento de fim de curso;
- Com puxadores metálicos, com acabamento em cor cinza, ou abertura por calha lateral;
- Fechadura de comando único, com trava simultânea de todas as gavetas;
- Chave escamoteável com cópia.

LEGENDA

H (distância vertical entre as superfícies externas da base e do tampo do gaveteiro): 735 ± 5 mm;
L (distância horizontal entre superfícies externas das laterais do gaveteiro): 390 ± 30 mm;

P (distância horizontal entre as superfícies externas do fundo e da frente do gaveteiro): 600 mm.

ITEM 13

Armário médio

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13961/2010 ou mais atualizada.

DIMENSÕES

- Largura do armário: 800 mm, variação de ± 10 mm;
- Profundidade do armário: 500 mm, variação de ± 10 mm;
- Altura do armário: 1610 mm, variação de ± 10 mm.

CORPO

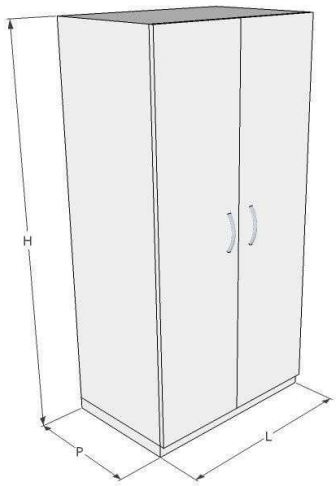
- Corpo confeccionado em MDP revestido em laminado melamínico em ambas as faces, com espessura mínima de 18 mm, em cor argila;
- Tampo superior com espessura mínima de 25 mm;
- Bordas em termoplástico da mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;
- Laterais com espessura mínima de 18 mm;
- Fundo com espessura mínima de 15 mm;
- Base em quadro de aço, dotada de sistema de nivelamento.

PORTAS

- Portas confeccionadas em MDP revestido em laminado melamínico em ambas as faces, com espessura mínima de 18 mm, em cor argila;
- Bordas em termoplástico da mesma cor;
- Portas fixadas com dobradiças de aço, com ângulo mínimo de 105º;
- Puxadores em metal, tipo alça, com acabamento em cor cinza;
- Fechadura metálica com travamento simultâneo das 2 portas;
- Chave escamoteável com cópia.

PRATELEIRAS

- 3 (três) prateleiras com espessura mínima de 18 mm;
- Confeccionadas em MDP e revestidas em laminado melamínico em ambas as faces, em cor argila;
- Bordas protegidas por perfil em termoplástico, na mesma cor da prateleira;
- Regulagem de altura por pinos nas laterais internas do armário.



LEGENDA

H (distância vertical entre as superfícies externas da base e do tampo do armário): 1610 ± 10 mm;
L (distância horizontal entre superfícies externas das laterais do armário): 800 ± 10 mm;

P (distância horizontal entre as superfícies externas do fundo e da frente do armário): 500 ± 10 mm.

ITEM 14

Armário médio

Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13961/2010 ou mais atualizada.

DIMENSÕES

- Largura do armário: 800 mm, variação de ± 10 mm;
- Profundidade do armário: 500 mm, variação de ± 10 mm;
- Altura do armário: 1610 mm, variação de ± 10 mm.

CORPO

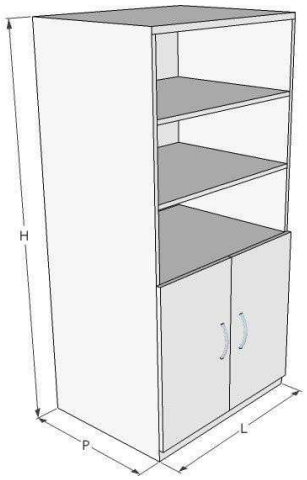
- Corpo confeccionado em MDP revestido em laminado melamínico em ambas as faces, com espessura mínima de 18 mm, em cor argila;
- Tampo superior e tampo acima das portas com espessura mínima de 25 mm;
- Bordas em termoplástico da mesma cor dos tampos, com espessura mínima de 2 mm;
- Laterais com espessura mínima de 18 mm;
- Fundo com espessura mínima de 15 mm;
- Base em quadro de aço, dotada de sistema de nivelamento.

PORTAS

- Portas confeccionadas em MDP revestido em laminado melamínico em ambas as faces, com espessura mínima de 18 mm, em cor argila;
- Bordas em termoplástico da mesma cor;
- Portas fixadas com dobradiças de aço, com ângulo mínimo de 105º;
- Puxadores em metal, tipo alça, com acabamento em cor cinza;
- Fechadura metálica com travamento simultâneo das 2 portas;
- Chave escamoteável com cópia.

PRATELEIRAS

- 2 (duas) prateleiras com espessura mínima de 18 mm, no compartimento aberto;
- 1 (uma) prateleira com espessura mínima de 18 mm, no compartimento fechado;
- Confeccionadas em MDP e revestidas em laminado melamínico em ambas as faces, em cor argila;
- Bordas protegidas por perfil em termoplástico, na mesma cor da prateleira;
- Regulagem de altura por pinos nas laterais internas do armário.



LEGENDA

H (distância vertical entre as superfícies externas da base e do tampo do armário): 1610 ± 10 mm;
L (distância horizontal entre superfícies externas das laterais do armário): 800 ± 10 mm;

P (distância horizontal entre as superfícies externas do fundo e da frente do armário): 500 ± 10 mm.

ITEM 15

Armário alto

Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR13961/2010 ou mais atualizada.

DIMENSÕES

- Largura do armário: 800 mm, variação de ± 10 mm;
- Profundidade do armário: 500 mm, variação de ± 10 mm;
- Altura do armário: 2010 mm, variação de ± 10 mm.

CORPO

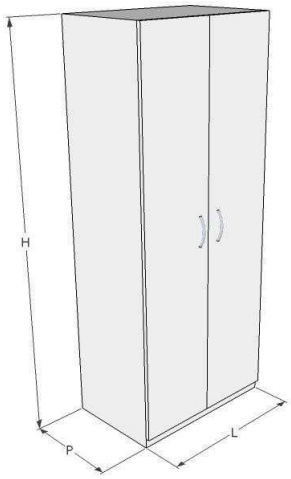
- Corpo confeccionado em MDP revestido em laminado melamínico em ambas as faces, com espessura mínima de 18 mm, em cor argila;
- Tampo superior com espessura mínima de 25 mm;
- Bordas em termoplástico da mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;
- Laterais com espessura mínima de 18 mm;
- Fundo com espessura mínima de 15 mm;
- Base em quadro de aço, dotada de sistema de nivelamento.

PORTAS

- Portas confeccionadas em MDP revestido em laminado melamínico em ambas as faces, com espessura mínima de 18 mm, em cor argila;
- Bordas em termoplástico da mesma cor;
- Portas fixadas com dobradiças de aço, com ângulo mínimo de 105º;
- Puxadores em metal, tipo alça, com acabamento em cor cinza;
- Fechadura metálica com travamento simultâneo das 2 portas;
- Chave escamoteável com cópia.

PRATELEIRAS

- 4 prateleiras com espessura mínima de 18 mm;
- Confeccionadas em MDP e revestidas em laminado melamínico em ambas as faces, em cor argila;
- Bordas protegidas por perfil em termoplástico, na mesma cor da prateleira;
- Regulagem de altura por pinos nas laterais internas do armário.



LEGENDA

H (distância vertical entre as superfícies externas da base e do tampo do armário): 2010 ± 10 mm;
L (distância horizontal entre superfícies externas das laterais do armário): 800 ± 10 mm;

P (distância horizontal entre as superfícies externas do fundo e da frente do armário): 500 ± 10 mm.

ITEM 16

Cadeira giratória operacional com espaldar médio e Apoia-braço

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13962: 2018 ou mais atualizada.

ASSENTO E ENCOSTO

- Concha dupla, bipartida;
- Estofamento em espuma de poliuretano injetado, isento de CFC, de alta resiliência, com, no mínimo, 50mm de espessura no centro do assento, densidade mínima de 55kg/m3 e 50kg/m3, respectivamente, para assento e encosto, moldados anatomicamente, bordas arredondadas;
- Estrutura moldada em resina poliéster, reforçada com fibra de vidro, de alta resistência, indeformável e auto-extinguível, com espessura mínima de 10mm;
- Revestimento em tecido sintético, similar a couro, na cor preta, fixação sem grampos aparentes;
- Medidas mínimas do encosto - Largura: 42cm, Extensão vertical: 40cm;
- Medidas mínimas do assento - Largura: 42cm, Profundidade da superfície: 44cm;
- Encosto com regulagem da altura do apoio lombar em pelo menos quatro posições, do deslocamento horizontal em pelo menos três posições e da inclinação;
- Profundidade do assento regulável em pelo menos três posições;
- Mecanismo de relax excêntrico (livre flutuação) com opção de bloqueio em qualquer ângulo;
- Contra-encosto em polímero de alta resistência, na cor preta;
- Ligeira inclinação na parte frontal do assento.

ESTRUTURA

- Base giratória composta por cinco hastes equidistantes, em alumínio polido;
- Rodízios de duplo giro injetados em *nylon* com banda de rodagem em poliuretano, em forma de “H”, com eixo vertical de aço 1010/1020 com diâmetro mínimo de 11mm, fixado por meio de bucha de nylon e anel elástico em aço, eixo horizontal em aço 1010/1020 com diâmetro mínimo de 8 mm, rodas com diâmetro mínimo de 50 mm, largura da superfície de rolamento de no mínimo 7mm, distância entre rodas de 18 a 22mm;

- Com coluna central, com sistema de regulagem milimétrica da altura do assento e giro livre a 360°, composta de: pistão a gás (pneumático), rolamento com esferas de aço e mola amortecedora de alta resistência com diâmetro do fio aço-mola, no mínimo, de 6 mm, dimensionada para absorção de impactos do sentar brusco;
- Toda a estrutura metálica, que não seja em alumínio polido ou aço cromado, com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura eletrostática epóxi-pó na cor preta.

APOIA-BRAÇOS:

- Braços tipo ''T' retilíneos, em alumínio polido ou em aço cromado, afixados sob o assento;
- Regulagem vertical de altura, de profundidade, com, no mínimo, cinco e três estágios, respectivamente, e lateral;
- Apoio com bordas arredondadas, revestido em poliuretano injetado, na cor preta;
- Medidas mínimas: 7 cm de largura e 25cm de profundidade;
- Leve inclinação na parte frontal do apoio.

MANUAL

- Toda unidade deverá vir acompanhada de manual de instruções para utilização de todos os mecanismos da cadeira.

ITEM 17

Cadeira de diálogo com Apoia-braço

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13962: 2018 ou mais atualizada.

ASSENTO E ENCOSTO

- Concha dupla, bipartida;
- Estofamento em espuma de poliuretano injetado, isento de CFC, de alta resiliência, com, no mínimo, 50mm de espessura no centro do assento, densidade mínima de 50kg/m3 respectivamente, para assento e encosto, moldados anatomicamente, bordas arredondadas;
- Estrutura moldada em resina poliéster, reforçada com fibra de vidro, de alta resistência, indeformável e auto-extinguível, com espessura mínima de 10mm;
- Revestimento em tecido sintético, similar a couro, na cor preta, fixação sem grampos aparentes;
- Medidas mínimas do encosto - Largura: 42cm, Extensão vertical: 40cm;
- Medidas mínimas do assento - Largura: 42cm, Profundidade da superfície: 44cm;
- Altura da face superior do assento em relação ao piso: mínimo de 45cm;
- Contra-encosto em polímero de alta resistência, na cor preta;
- Ligeira inclinação na parte frontal do assento.

ESTRUTURA

- Base fixa contínua, semi trapezoidal, tipo "S", confeccionada em alumínio polido ou aço cromado;
- Braços fixos integrados à base;
- Apoio com bordas arredondadas, revestido em poliuretano injetado, na cor preta;
- Altura total em relação ao piso: mínima de 85cm;
- Largura total incluindo apoio para os braços: mínimo de 55cm;
- Com sapatas estabilizadoras deslizantes em polímero;
- Leve inclinação na parte frontal do apoio.

OBSERVAÇÕES

- Item da mesma marca e linha (ou linha superior) do Item 16.

ITEM 18

Cadeira de diálogo, sem braços

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13962: 2018 ou mais atualizada.

ASSENTO E ENCOSTO

- Concha dupla, bipartida;
- Estofamento em espuma de poliuretano injetado, isento de CFC, de alta resiliência, com, no mínimo, 50mm de espessura no centro do assento, densidade mínima de 50kg/m3 respectivamente, para assento e encosto, moldados anatomicamente, bordas arredondadas;
- Estrutura moldada em resina poliéster, reforçada com fibra de vidro, de alta resistência, indeformável e auto-extinguível, com espessura mínima de 10mm;
- Revestimento em tecido sintético, similar a couro, na cor preta, fixação sem grampos aparentes;
- Medidas mínimas do encosto - Largura: 42cm, Extensão vertical: 40cm;
- Medidas mínimas do assento - Largura: 42cm, Profundidade da superfície: 44cm;
- Altura da face superior do assento em relação ao piso: mínimo de 45cm;
- Contra-encosto em polímero de alta resistência, na cor preta;
- Ligeira inclinação na parte frontal do assento.

ESTRUTURA

- Base fixa contínua, semi trapezoidal, tipo "S", confeccionada em alumínio polido ou aço cromado;
- Altura total em relação ao piso: mínima de 85cm;
- Com sapatas estabilizadoras deslizantes em polímero.

OBSERVAÇÕES

- Item da mesma marca e linha (ou linha superior) do Item 16.

ITEM 19

Cadeiras sobre longarina, sem braços – 2 lugares

ASSENTO E ENCOSTO

- Concha dupla, bipartida;
- Estofamento em espuma de poliuretano injetado, isento de CFC, de alta resiliência, com, no mínimo, 50mm de espessura no centro do assento, densidade mínima de 50kg/m3 respectivamente, para assento e encosto, moldados anatomicamente, bordas arredondadas;
- Estrutura moldada em resina poliéster, reforçada com fibra de vidro, de alta resistência, indeformável e auto-extinguível, com espessura mínima de 10mm;
- Revestimento em tecido sintético, similar a couro, na cor preta, fixação sem grampos aparentes;
- Medidas mínimas do encosto - Largura: 40cm, Extensão vertical: 36cm;
- Medidas mínimas do assento - Largura: 40cm, Profundidade da superfície: 44cm;
- Altura mínima do assento em relação ao piso 42cm;
- Contra-encosto em polímero de alta resistência, na cor preta;
- Protetor de borda em perfil de PVC semi-rígido de alto impacto, na cor preta, contornando todo o perímetro do assento e do encosto;
- Ligeira inclinação na parte frontal do assento.

ESTRUTURA

- Longarina em tubo de aço de seção retangular mínima de 30x50mm ou oblonga de 30x60mm, com espessura de parede de, no mínimo, 2,0mm;
- Patas em tubo de aço de seção retangular mínima de 30x50mm ou oblonga de 30x60mm, com espessura de parede mínima de 2,65mm e 50cm de profundidade;
- Fixação dos assentos através de acoplamento e braçadeira metálicos aparafusados, assegurando resistência mecânica ao conjunto;
- Ligações entre tubos feitas por solda MIG;
- Todas as partes da estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura eletrostática em epóxi-pó na cor preta;
- Extremidades das longarinas e dos pés dotadas de ponteiras plásticas de acabamento na cor preta;

- Quatro sapatas niveladoras, reguláveis, em *nylon*, com eixo de aço rosqueável.

OBSERVAÇÕES

- Item da mesma marca e linha (ou linha superior) do Item 16.

ITEM 20

Cadeiras sobre longarina, sem braços – 3 lugares

ASSENTO E ENCOSTO

- Concha dupla, bipartida;
- Estofamento em espuma de poliuretano injetado, isento de CFC, de alta resiliência, com, no mínimo, 50mm de espessura no centro do assento, densidade mínima de 50kg/m3 respectivamente, para assento e encosto, moldados anatomicamente, bordas arredondadas;
- Estrutura moldada em resina poliéster, reforçada com fibra de vidro, de alta resistência, indeformável e auto-extinguível, com espessura mínima de 10mm;
- Revestimento em tecido sintético, similar a couro, na cor preta, fixação sem grampos aparentes;
- Medidas mínimas do encosto - Largura: 40cm, Extensão vertical: 36cm;
- Medidas mínimas do assento - Largura: 40cm, Profundidade da superfície: 44cm;
- Altura mínima do assento em relação ao piso 42cm;
- Contra-encosto em polímero de alta resistência, na cor preta;
- Protetor de borda em perfil de PVC semi-rígido de alto impacto, na cor preta, contornando todo o perímetro do assento e do encosto;
- Ligeira inclinação na parte frontal do assento.

ESTRUTURA

- Longarina em tubo de aço de seção retangular mínima de 30x50mm ou oblonga de 30x60mm, com espessura de parede de, no mínimo, 2,0mm;
- Patas em tubo de aço de seção retangular mínima de 30x50mm ou oblonga de 30x60mm, com espessura de parede mínima de 2,65mm e 50cm de comprimento;
- Fixação dos assentos através de acoplamento e braçadeira metálicos aparafusados, assegurando resistência mecânica ao conjunto;
- Ligações entre tubos feitas por solda MIG;
- Todas as partes da estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura eletrostática em epóxi-pó na cor preta;
- Extremidades das longarinas e dos pés dotadas de ponteiras plásticas de acabamento na cor preta;

- Quatro sapatas niveladoras, reguláveis, em *nylon*, com eixo de aço rosqueável.

OBSERVAÇÕES

- Item da mesma marca e linha (ou linha superior) do Item 16.

ITEM 21

Cadeira giratória operacional com espaldar alto e Apoia-braço

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13962: 2018 ou mais atualizada.

ASSENTO E ENCOSTO

- Concha dupla, bipartida;
- Estofamento em espuma de poliuretano injetado, isento de CFC, de alta resiliência, com, no mínimo, 50mm de espessura no centro do assento, densidade mínima de 55kg/m3 e 50kg/m3, respectivamente, para assento e encosto, moldados anatomicamente, bordas arredondadas;
- Estrutura moldada em resina poliéster, reforçada com fibra de vidro, de alta resistência, indeformável e auto-extinguível, com espessura mínima de 10mm;
- Revestimento em tecido sintético, similar a couro, na cor preta, fixação sem grampos aparentes;
- Medidas mínimas do encosto - Largura: 42cm, Extensão vertical: 60cm;
- Medidas mínimas do assento - Largura: 42cm, Profundidade da superfície: 44cm;
- Encosto com regulagem da altura do apoio lombar em pelo menos quatro posições, do deslocamento horizontal em pelo menos três posições e da inclinação;
- Profundidade do assento regulável em pelo menos três posições;
- Mecanismo de relax excêntrico (livre flutuação) com opção de bloqueio em qualquer ângulo;
- Contra-encosto em polímero de alta resistência, na cor preta;
- Ligeira inclinação na parte frontal do assento.

ESTRUTURA

- Base giratória composta por cinco hastes equidistantes, em alumínio polido;
- Rodízios de duplo giro injetados em *nylon* com banda de rodagem em poliuretano, em forma de “H”, com eixo vertical de aço 1010/1020 com diâmetro mínimo de 11mm, fixado por meio de bucha de nylon e anel elástico em aço, eixo horizontal em aço 1010/1020 com diâmetro mínimo de 8 mm, rodas com diâmetro mínimo de 50 mm, largura da superfície de rolamento de no mínimo 7mm, distância entre rodas de 18 a 22mm;
- Com coluna central, com sistema de regulagem milimétrica da altura do assento e giro livre a

360°, composta de: pistão a gás (pneumático), rolamento com esferas de aço e mola amortecedora de alta resistência com diâmetro do fio aço-mola, no mínimo, de 6 mm, dimensionada para absorção de impactos do sentar brusco;

- Toda a estrutura metálica, que não seja em alumínio polido ou aço cromado, com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura eletrostática epóxi-pó na cor preta.

APOIA-BRAÇOS:

- Braços tipo ''T' retilíneos, em alumínio polido ou em aço cromado, afixados sob o assento;
- Regulagem vertical de altura, de profundidade, com, no mínimo, cinco e três estágios, respectivamente, e lateral;
- Apoio com bordas arredondadas, revestido em poliuretano injetado, na cor preta;
- Medidas mínimas: 7 cm de largura e 25cm de comprimento;
- Leve inclinação na parte frontal do apoio.

MANUAL

- Toda unidade deverá vir acompanhada de manual de instruções para utilização de todos os mecanismos da cadeira.

ITEM 22

Cadeira giratória operacional com espaldar alto, apoio de cabeça e Apoia-braço

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13962: 2018 ou mais atualizada.

ASSENTO E ENCOSTO

- Concha dupla, bipartida;
- Estofamento em espuma de poliuretano injetado, isento de CFC, de alta resiliência, com, no mínimo, 50mm de espessura no centro do assento, densidade mínima de 55kg/m3 e 50kg/m3, respectivamente, para assento e encosto, moldados anatomicamente, bordas arredondadas;
- Estrutura moldada em resina poliéster, reforçada com fibra de vidro, de alta resistência, indeformável e auto-extinguível, com espessura mínima de 10mm;
- Revestimento em tecido sintético, similar a couro, na cor preta, fixação sem grampos aparentes;
- Medidas mínimas do encosto - Largura: 42cm, Extensão vertical: 60cm;
- Medidas mínimas do assento - Largura: 42cm, Profundidade da superfície: 44cm;
- Encosto com regulagem da altura do apoio lombar em, no mínimo, quatro posições e horizontal de profundidade em, no mínimo, pelo menos três posições e da inclinação;
- Assento com regulagem horizontal de profundidade em pelo menos três posições;
- Mecanismo de relax excêntrico (livre flutuação) com opção de bloqueio em qualquer ângulo;
- Contra-encosto em polímero de alta resistência, na cor preta;
- Ligeira inclinação na parte frontal do assento;
- Apoio de cabeça incorporado ao encosto, com regulagem de altura e inclinação, em espuma de poliuretano injetado, revestido com tecido sintético, similar a couro, na cor preta.

ESTRUTURA

- Base giratória composta por cinco hastes equidistantes, em alumínio polido;
- Rodízios de duplo giro injetados em *nylon* com banda de rodagem em poliuretano, em forma de “H”, com eixo vertical de aço 1010/1020 com diâmetro mínimo de 11mm, fixado por meio de bucha de nylon e anel elástico em aço, eixo horizontal em aço 1010/1020 com diâmetro mínimo de 8 mm, rodas com diâmetro mínimo de 50 mm, largura da superfície de rolamento de no

mínimo 7mm, distância entre rodas de 18 a 22mm;

- Com coluna central, com sistema de regulagem milimétrica da altura do assento e giro livre a 360°, composta de: pistão a gás (pneumático), rolamento com esferas de aço e mola amortecedora de alta resistência com diâmetro do fio aço-mola, no mínimo, de 6 mm, dimensionada para absorção de impactos do sentar brusco;
- Toda a estrutura metálica, que não seja em alumínio polido ou aço cromado, com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura eletrostática epóxi-pó na cor preta.

APOIA-BRAÇOS:

- Braços tipo ''T' retilíneos, em alumínio polido ou em aço cromado, afixados sob o assento;
- Regulagem vertical de altura, de profundidade, com, no mínimo, cinco e três estágios, respectivamente, e lateral;
- Apoio com bordas arredondadas, revestido em poliuretano injetado, na cor preta;
- Medidas mínimas: 7 cm de largura e 25cm de comprimento;
- Leve inclinação na parte frontal do apoio.

OBSERVAÇÕES

- Item da mesma marca e linha (ou linha superior) do Item 21.

MANUAL

- Toda unidade deverá vir acompanhada de manual de instruções para utilização de todos os mecanismos da cadeira.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

RELAÇÃO GERAL DOS ITENS E CERTIFICAÇÕES

	ITEM	DESCRIÇÃO	CERTIFICAÇÃO
LOTE 1	1	Mesa de escritório com tampo em formato “L”	OBRIGATÓRIA
	2	Mesa de escritório com tampo em formato “L”	OBRIGATÓRIA
	3	Mesa de escritório com tampo em formato “L”	OBRIGATÓRIA
	4	Mesa de escritório com tampo em formato retangular	
	5	Mesa de escritório com tampo em formato retangular	
	6	Mesa de escritório com tampo em formato peninsular	
	7	Mesa de escritório com tampo em formato peninsular	
	8	Mesa de reunião com tampo em formato circular	
	9	Mesa de reunião com tampo em formato elíptico	
	10	Mesa de reunião com tampo em formato elíptico	
	11	Gaveteiro volante	
	12	Gaveteiro mesa	
LOTE 2	13	Armário médio	OBRIGATÓRIA
	14	Armário médio	OBRIGATÓRIA
	15	Armário alto	OBRIGATÓRIA
LOTE 3	16	Cadeira giratória operacional com espaldar médio	OBRIGATÓRIA
	17	Cadeira de diálogo – com braços	OBRIGATÓRIA
	18	Cadeira de diálogo – sem braços	OBRIGATÓRIA
	19	Cadeiras sobre longarina – 2 lugares	
	20	Cadeiras sobre longarina – 3 lugares	
LOTE 4	21	Cadeira giratória operacional com espaldar alto	OBRIGATÓRIA
	22	Cadeira giratória operacional com espaldar alto e apoio de cabeça	OBRIGATÓRIA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2021

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALOR (ES) MÁXIMO(S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

Lotes	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor do Lote
LOTE 1 (itens 1 a 12)	1	100	R$ 1.486,91	R$ 148.691,00	TOTAL LOTE 1 R$ 1.326.979,00
	2	100	R$ 1.408,47	R$ 140.847,00	
	3	100	R$ 1.408,47	R$ 140.847,00	
	4	200	R$ 969,66	R$ 193.932,00	
	5	50	R$ 891,33	R$ 44.566,50	
	6	25	R$ 1.556,39	R$ 38.909,75	
	7	25	R$ 1.570,79	R$ 39.269,75	
	8	30	R$ 895,89	R$ 26.876,70	
	9	20	R$ 1.376,25	R$ 27.525,00	
	10	10	R$ 1.691,63	R$ 16.916,30	
	11	400	R$ 810,84	R$ 324.336,00	
	12	200	R$ 921,31	R$ 184.262,00	
LOTE 2 (itens 13 a 15)	13	80	R$ 1.409,50	R$ 112.760,00	TOTAL LOTE 2 R$ 361.053,00
	14	80	R$ 1.305,00	R$ 104.400,00	
	15	100	R$ 1.438,93	R$ 143.893,00	

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Lotes	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor do Lote
LOTE 3 (itens 16 a 20)	16	400	R$ 1.395,64	R$ 558.256,00	**TOTAL LOTE 3 R$ 1.109.356,50**
	17	200	R$ 1.033,24	R$ 206.648,00	
	18	200	R$ 884,96	R$ 176.992,00	
	19	50	R$ 1.404,86	R$ 70.243,00	
	20	50	R$ 1.944,35	R$ 97.217,50	
LOTE 4 (itens 21 a 22)	21	50	R$ 2.284,51	R$ 114.225,50	**TOTAL LOTE 4 R$ 178.915,50**
	22	20	R$ 3.234,50	R$ 64.690,00	
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 2.976.304,00**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2021

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º _____/20XX

PROCESSO (SEI) N.º 0001876-67.2021.6.05.8000

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, ..., considerando o resultado do Pregão Eletrônico n.º 11/2021, cujo objeto se constitui no Registro de Preços para eventual aquisição de mobiliário certificado, RESOLVE, com amparo nas Leis nº 8.666/93 e n.º 10.520/2002, nos Decretos n.ºs 10.024/2019 e 7.892/2013, e na Resolução Administrativa n.º 10/2007 do TRE da Bahia, registrar os preços da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF n.º _____, com sede na _____, telefone n.º (__) _____, e-mail _____, representada neste ato pelo Sr. _____, (nacionalidade, profissão e estado civil), portador da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito no CPF/MF sob n.º _____, **indicados no Anexo I desta Ata**, observadas as condições do Edital que integra este instrumento de registro, independentemente de transcrição.

Será incluído nesta Ata, no Anexo II, o registro das **licitantes** que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da **licitante vencedora** na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93.

O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

A assinatura da presente Ata implicará na plena aceitação, pelo fornecedor, das condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

A licitante vencedora somente será liberada, sem penalidade, do compromisso previsto nesta Ata, nas hipóteses previstas no art. 18, § 1º, art. 19, inciso I e art. 21, incisos I e II, do Decreto n.º 7.892/2013.

REAJUSTE: 1. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE. **2.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela

legislação em vigor, à época. **3.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços. **4.** Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado.

Passam a fazer parte desta Ata, para todos os efeitos, a documentação e propostas apresentadas pela licitante.

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste ajuste.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, ... de ..... de 20XX

Diretor-Geral do TRE-BA

NOME REPRESENTANTE LEGAL

CPF Nº.....

NOME DA EMPRESA

.

ANEXO I - PREÇOS

ANEXO II – CADASTRO DE RESERVA

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA